



Federação

Câmara retoma projeto que tira poder de governadores sobre chefia das PMs

— Texto de 2019 aprovado na Comissão de Segurança Pública da Casa estabelece uma lista tríplice para escolha dos comandantes-gerais das polícias e dos bombeiros militares

VINÍCIUS VALFRE
BRASILIA

A Câmara dos Deputados resuscitou um projeto que obriga os governadores a escolherem os comandantes das polícias militares a partir de uma lista tríplice elaborada pelas respectivas corporações. A proposta havia sido sepultada durante o debate que resultou na aprovação da lei orgânica das polícias, mas foi resgatada por uma comissão com a retomada de um texto que tramita desde 2019.

O projeto de lei foi aprovado pela Comissão de Segurança Pública na terça-feira com apenas um voto contrário — o colegiado é dominado pela chamada bancada da bala e por aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O texto seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Excluído
Proposta da lista tríplice era item polêmico da lei orgânica das PMs, aprovada 2022. Trecho foi retirado

A lista tríplice “engessa” os chefes dos Executivos estaduais por acabar com a prerrogativa que eles têm de escolher oficiais de confiança e por obrigar que definam os chefes das PMs e dos Bombeiros a partir de nomes selecionados pelas

tropas. Conforme o projeto, os comandantes terão mandato de dois anos. A ideia de tirar a autonomia dos governadores é nutrida há anos principalmente pelos praças das polícias, que se sentem desprestigiados pelos oficiais que se alinham aos mandatários.

O relator do projeto, deputado Junio Amaral (PL-MG), afirmou que o objetivo é “minorar a forte ingerência política na nomeação e na exoneração” dos comandantes-gerais, algo que, segundo ele, “tem causado sensíveis prejuízos” às corporações. O parlamentar é cabo reformado da polícia mineira.

CONSELHO. Em 2022, o projeto chegou a ser pautado na comissão. O Conselho Nacional de Comandantes-Gerais, no entanto, pressionou a Câmara dizendo que o texto fere a autonomia dos governadores e oferece riscos à disciplina da tropa, e os deputados retiraram a proposta da pauta.

Hoje, o conselho está sob a presidência do coronel Cássio Araújo de Freitas, comandante da Polícia Militar de São Paulo, eleito neste mês. Procurado para comentar o projeto, o militar não respondeu.

Como mostrou o **Estadão**, a ascensão do oficial paulista em substituição ao coronel Paulo Coutinho, da Bahia, foi interpretada como uma vitória do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Repu-

Para lembrar



Em 2022, Casa sofreu pressão de comandantes

• Reação

Em 2022, os comandantes-gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros se opuseram, em unanimidade, ao projeto de lei que instituía um mandato de dois anos e a lista tríplice como forma de escolha dos ocupantes desses cargos

• Lei orgânica

Eles lembraram que a lista tríplice havia sido apreciada quando da discussão sobre a lei orgânica das PMs e que o tema já havia sido superado, após reuniões com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, parlamentares da bancada da bala e entidades representativas de policiais e bombeiros militares, além de aca-

blicanos), e do secretário de Segurança dele, Guilherme Derrite, sobre o governo federal.

O governo de São Paulo adotou uma medida pró-PM, onde Derrite fez carreira, para dar poder de investigação aos militares estaduais. A iniciativa agravou uma rixa com a Polícia Civil e o governo recuou.

O deputado Paulo Bilynski (PL-SP) afirmou que o projeto

dêmicos e especialistas em segurança pública

• Votação

WERTHER SANTANA / ESTADÃO - 1/2/2024



À época, os deputados tinham ressuscitado a discussão sobre a lista tríplice, que se arrastava desde janeiro de 2021, e tentaram colocar o projeto de lei para tratar apenas desse tema em votação

• Pressão

Diante de reações negativas até de comandantes de PMs, a Comissão de Segurança Pública e Crime Organizado da Casa adiou a votação do projeto de lei que retira controle de governadores sobre a PM

coloca um “freio em governadores de esquerda”. “Nunca um governador de direita escolheria alguém incompetente para comandar a tropa, mas os de esquerda fazem isso sem ficar vermelhos, sem vergonha na cara. Escolhem o mais incompetente, o mais bandido, o mais corrupto, porque é quem vai facilitar o governo dele. O que estamos fazendo é colocar

um freio nos governadores de esquerda”, declarou.

O deputado Coronel Meira (PL-PE) disse considerar “um absurdo as nossas instituições ficarem reféns de governos”.

‘POLITIZAÇÃO’. O único contrário ao texto foi o deputado Pastor Henrique Vieira (PSOL-RJ). “As forças de segurança precisam se proteger de lógicas que politizam as corporações. Entrar numa lógica de eleição dentro da corporação entendendo que pode gerar uma politização excessiva. O que parece democrático e positivo vejo com preocupação”, destacou.

A proposta da lista tríplice era um dos itens mais polêmicos da lei orgânica das PMs, aprovada pelos deputados em dezembro de 2022. O trecho foi retirado, em um acordo para que a nova legislação geral das polícias, em tramitação desde 2001, fosse votada no fim do governo Bolsonaro.

Em novembro de 2023, o texto foi aprovado pelo Senado e seguiu para a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em dezembro, o petista votou parcialmente o texto.

Entre os pontos cortados, o dispositivo que ligava as ouvidorias diretamente aos comandantes-gerais, o que liberava manifestações políticas desde que não fardados e o que estabelecia um tipo de cota feminina de 20% que poderia restringir a participação de mulheres à área da saúde. ●

Governo nomeia indicado de Lira para o Incra, após demitir primo

GABRIEL DE SOUSA
BRASILIA

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nomeou, na última quarta-feira, Junior Rodrigues do Nascimento como superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de Alagoas. Ele foi indicado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para a vaga que até o dia 16 era ocupada por

Wilson César Lira dos Santos, primo do deputado.

Wilson Lira foi exonerado após cobranças do Movimento dos Sem Terra (MST). Nascimento substituiu José Ubiratan Rezende Santana, engenheiro agrônomo indicado pelo MST e nomeado como substituto no cargo após a demissão do primo de Lira. Menos de dez dias depois de assumir o cargo, Ubiratan Rezende Santana foi exonerado na quarta-feira, a pedido.

ONG. O novo chefe da Superintendência do Incra de Alagoas era presidente da Naturagro, uma organização não governamental sediada em Maceió que representa beneficiários do programa nacional de reforma agrária. Pela Naturagro, Nascimento assinou, no mês passado, um acordo de cooperação técnica com o órgão.

A parceria foi firmada para disponibilizar uma equipe técnica habilitada para conceder e operar os créditos de instala-

ção do programa de reforma agrária do governo Lula.

A portaria com a nomeação de Nascimento foi assinada na quarta-feira pelo presidente do Incra, César Fernando Schiavon Aldrighi. O salário bruto de Nascimento na superintendência será de R\$ 11.306,90.

A indicação do nome dele por Lira foi confirmada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira. O **Estadão** procurou o Incra, mas não havia obtido resposta até a noite de ontem.

As mudanças na Superintendência de Alagoas ocorrem durante o “Abril Vermelho” do MST, que promove anualmente

uma intensificação de invasões de terras para relembrar o assassinato de 21 trabalhadores sem-terra pela Polícia Militar do Pará, em 1996.

Em Alagoas

Wilson Lira não agradeceu ao MST e foi exonerado, mas Lula manteve influência do presidente da Câmara

Em abril do ano passado, membros do MST invadiram a Superintendência do Incra no Estado para pedir a exoneração do primo de Lira, classificado pelos militantes de “bolsonarista raiz”. ●